INTERPRETAÇÃO SIC 31

Rédito — Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade

O texto abaixo foi retirado do da [versão consolidada](#) das normas disponível no site do Jornal Oficial da União Europeia.

Este texto constitui um instrumento de documentação e não tem qualquer efeito jurídico. As Instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo respetivo conteúdo. As versões dos atos relevantes que fazem fé, incluindo os respetivos preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e encontram-se disponíveis no EUR-Lex. É possível aceder diretamente a esses textos oficiais através das ligações incluídas no presente documento

REFERÊNCIAS

- IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
- IAS 18 Rédito

QUESTÃO

1. Uma entidade (Vendedor) pode celebrar uma transação de troca direta para prestar serviços de publicidade em troca de receber serviços de publicidade do seu cliente (Cliente). Os anúncios podem ser exibidos na Internet ou em locais de cartazes, emissão na televisão ou na rádio, publicados em revistas ou jornais, ou apresentados num outro meio.
2. Em alguns casos, não é trocado dinheiro ou outra retribuição entre as entidades. Em alguns outros casos, quantias iguais ou aproximadamente iguais de dinheiro ou outra retribuição são também trocadas.
3. Um Vendedor que proporcione serviços de publicidade no decurso das suas atividades normais reconhece o rédito segundo a IAS 18 a partir de uma transação de troca direta que envolva publicidade quando, entre outros critérios, os serviços trocados forem dissemelhantes (parágrafo 12. da IAS 18) e a quantia de rédito puder ser mensurada fiavelmente (parágrafo 20.a) da IAS 18). Esta Interpretação só se aplica a uma troca de serviços de publicidade dissemelhantes. Uma troca de serviços de publicidade semelhantes não é uma transação que gere rédito segundo a IAS 18.
4. A questão é em que circunstâncias pode um Vendedor mensurar fiavelmente o rédito pelo justo valor dos serviços recebidos ou prestados numa transação de troca direta.

CONSENSO

5. O rédito de uma transação de troca direta que envolva publicidade não pode ser mensurado fiavelmente pelo justo valor dos serviços de publicidade recebidos. Porém, um Vendedor pode fiavelmente mensurar rédito pelo justo valor dos serviços de publicidade que proporciona numa transação de troca direta, por referência apenas a transações que não sejam de troca direta que:

- a) envolvam publicidade similar à publicidade na transação de troca direta;
- b) ocorram frequentemente;
- c) representem um número predominante de transações e quantias quando comparado com todas as transações que proporcionem publicidade que seja similar à publicidade na transação de troca direta;
- d) envolvam dinheiro e/ou uma outra forma de retribuição (por exemplo, títulos negociáveis, ativos não monetários, e outros serviços) que tenha um justo valor fiavelmente mensurável; e
- e) não envolvam a mesma contraparte da transação de troca direta.

DATA DO CONSENSO

Maio de 2001

DATA DE EFICÁCIA

Esta Interpretação torna-se eficaz em 31 de dezembro de 2001. As alterações nas políticas contabilísticas devem ser contabilizadas de acordo com a IAS 8.